



Índice

- 01** MA – Ka’apor resistem a agressão de madeireiros criando Centro de Formação, realizando autovigilância e reavivando limites da TI Alto Turiaçu
- 02** MG – Indígenas Pataxó, da Aldeia Geru Tucunã, sofrem ameaças e ataques
- 03** MA – Comunidade quilombola de Jenipapo, município de Caxias, aponta irregularidades em escola construída pela prefeitura com recursos federais
- 04** INFORME 11 - Operação de desintrusão da Terra Indígena Awá-Guajá
- 05** Milésimo Parakanã
- 06** Ministro da Defesa anuncia apoio às reivindicações dos quilombolas de Rio dos Macacos na Bahia
- 07** Deputados denunciam ação de policiais em atentados contra quilombolas em Minas
- 08** Mulheres quilombolas fazem curso de administração agrícola do SENAR
- 09** Executivo envia primeiros projetos
- 10** Líder indígena é assassinado em Honduras
- 11** Lideranças indígenas pedem demarcação de terras ao Governo
- 12** FAEA entrega ao MPF abaixo assinado contra pedágio cobrado por indígenas na Transamazônica
- 13** Indígenas mantêm feira de artes artesanais no Complexo da Maré



- 14 Homens da Força Nacional auxiliam reconstrução de torres da Eletronorte
- 15 Moradores ficam sem casa no quilombo Chácara das Rosas
- 16 Trator é entregue para comunidade quilombola de Palmas
- 17 Reunião discute ações na comunidade quilombola da Lagoa Grande
- 18 Em Tocantinópolis, Prefeitura e FUNAI Oferecem Curso Pré-vestibular aos Indígenas Apinajés
- 19 Escola Indígena de Tenente Portela tem projeto selecionado pelo Ministério da Cultura em parceria com o MEC
- 20 Corpos dos três homens sequestrados pelos índios em Humaitá ainda não foram encontrados e a tribo vai reabrir os pedágios
- 21 Uma questão para quem resolver?
- 22 Paraguai: Estudo revela maior taxa de desmatamento do mundo na terra de uma tribo isolada
- 23 Padre Ton expõe em Bruxelas situação dos indígenas Awá-Guajá
- 24 INFORME 12 - Operação de desintrusão da Terra Indígena Awá-Guajá
- 25 6ª Câmara do MPF recebe lideranças Tupinambá
- 26 União e Funai são condenadas a concluírem demarcação de terra indígena na zona rural de Manaus
- 27 Bahia realiza primeiro concurso público para professores indígenas
- 28 Quando matar um índio não é algo mau: o caso Las Rubieras



Boletim de Notícias - Edição nº 14./ 2014

Brasília, 24 de janeiro de 2014.

-
- 29** [Arco e beca](#)
 - 30** [Município apresenta proposta aos índios](#)
 - 31** [Governador é recebido por índios e aplausos, mas enfrenta protesto](#)
 - 32** [Índios Guarani-Kaiowá invadem estância Varago em Japorã](#)

MA – Ka’apor resistem a agressão de madeireiros criando Centro de Formação, realizando autovigilância e reavivando limites da TI Alto Turiagu
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.01.2014



Por JSM Andrade

Dentro da terceira etapa do monitoramento territorial e ambiental indígena, iniciado em maio de 2013, cansados de esperar pelos órgãos governamentais, os Ka’apor, de forma autônoma e organizada, resistem às agressões à floresta realizando o monitoramento territorial e ambiental (identificação dos marcos, limpeza dos picos, reavivamento dos limites, fechamento de ramais de agressores, entre outros) da TI Alto Turiagu, Maranhão.

Mostrando que é possível defender e realizar a gestão de seu território independente da tutela dos órgãos governamentais, mesmo expostos e correndo riscos de vida diante das ameaças e agressões à sua casa, a floresta da TI Alto Turiagu, a todo momento afirmam: “Janderu hã ha ka’a rehe” (Nossa mata é nosso plano de vida).

Nas fotos, Irakadju, Osmar, Yratowy, Mariuza, Itahu, Betim, Maewahu, Wyrapitã e José.

MG – Indígenas Pataxó, da Aldeia Geru Tucunã, sofrem ameaças e ataques
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.01.2014



Wólmer Ezequiel

Pablo Matos Camargo*

Este texto é um pequeno resumo sobre a situação da Aldeia Geru Tucunã, no Município de Açucena, região leste de Minas Gerais, onde uma comunidade indígena da etnia Pataxó está vivendo situações de tensão e de iminente conflito em decorrência do impasse que está ocorrendo pela indefinição de território onde vivem hoje.

Os indígenas Pataxó que vivem hoje na Aldeia Geru Tucunã, Município de Açucena, são originários da Terra Indígena Barra Velha, no extremo sul da Bahia. Saíram da região em decorrência da criação do Parque Nacional do Monte Pascoal, onde houve um grande conflito em 1951, chamado de "Fogo de 51". Esse conflito chacinou vários indígenas e acarretou dispersão dos grupos Pataxó para outras regiões. Minas Gerais recebeu um grupo que se fixou na década de setenta na Fazenda Guarani, Município de Carmésia – MG, que funcionava como prisão indígena. Além dos Pataxó, outras famílias indígenas de etnias diferentes como os Krenak, Tupiniquim, Guarani, entre outras foram encaminhadas pelo estado Brasileiro para o local. No início da década de oitenta, os Pataxó começaram a lutar pela regularização da Fazenda Guarani que ocorreu em 1988.

A população foi aumentando com a chegada de novas famílias vinda da Bahia e um grande incêndio na Terra indígena em 2002 impactou bastante o meio ambiente e a produção agrícola da Aldeia. Todo este cenário fez com que alguns grupos Pataxó se dispersassem e migrassem para outros locais. O grupo denominado Alto das Posses que hoje se chama Geru Tucunã viveu este processo.

CONT.



O cacique da Aldeia, denominada Alto das Posses, Baiara Pataxó, procurou diversos locais para construir uma nova Aldeia. Ele e seus familiares tentaram juntamente com outros parceiros durante anos encontrarem um local apropriado para as famílias Pataxó. O Instituto Estadual de Floresta ofereceu um território dentro do Parque estadual Rio Correntes, que havia sido repassado ao estado pela empresa APERAN, empresa siderúrgica, em decorrência de um passivo ambiental. A região é bastante antropofizada com fazendas e pequenos posseiros. O objetivo do IEF é justamente a recuperação do ambiente degradado e a preservação do que ainda resta de mata Atlântica e sua biodiversidade. Os indígenas que possuem um uso sustentável do território é que faz este papel.

No dia 23 de julho de 2010, as famílias Pataxó ocuparam o parque e deu início a construção da Aldeia Geru Tucunã. Hoje as famílias produzem diversos alimentos e constituíram uma agroflorestal. O meio ambiente muito degradado por decorrência de seguidos incêndio e desmatamentos constantes pelos posseiros que estão dentro do Parque.

A situação das famílias Pataxó depois da instalação no local tem se complicado em decorrência da mudança dos gestores/diretoria do IEF que não encaminharam alguma solução para regularizar a questão do Parque Rio Corrente e da Aldeia Geru Tucunã. Enquanto não se resolve a situação, os indígenas tem muita dificuldade em acessar os projetos do Estado e as instalações públicas.

Hoje na Aldeia não há saneamento básico, o que tem causado várias enfermidades na população. Não há posto de saúde na aldeia e o acesso é muito ruim e fica pior ainda em período chuvoso. Existe uma escola na aldeia, que funciona até os anos iniciais do ensino fundamental, o que fortalece o ensino da cultura, mas o local não é apropriado, pois o prédio que funciona a escola é precário.

Um dos maiores problemas da comunidade é a impossibilidade, até que se resolva o impasse da terra, em instalar energia elétrica. Na legislação, a empresa de energia – CEMIG – não pode instalar a energia na aldeia por ela estar dentro do Parque. Só que os posseiros que estão dentro do parque instalaram luz elétrica e para a comunidade foi negado o pedido.

No dia 25/11/2013 houve no MPF em Belo Horizonte uma grande reunião motivada pelo Cacique Baiara e pelo MPF de Ipatinga. Estiveram presentes as lideranças indígenas, o MPF de BH, o MPF de Ipatinga, a FUNAI MG-ES, representantes da empresa APERAN, representantes da Prefeitura de Açucena, a CEMIG, o CIMI e o IEF.

Nesta reunião ficou acordado que o IEF iria fiscalizar os crimes ambientais que foram denunciados pelos indígenas que estão sendo cometidos pelos posseiros dentro do parque. As denúncias vão da criação de gado e búfalos, de incêndios e desmatamento e até de ameaças de violência aos Pataxó. O IEF deu um prazo até o mês de março de 2014, onde acredita que já tenha um diagnóstico do parque para poder tomar as ações necessárias e resolver os problemas. A CEMIG irá esperar a decisão do IEF para poder instalar a luz elétrica, pois com o parque decretado, o Estado não pode realizar nenhum investimento na área. A grande pendência do território é que a APERAN e o IEF não resolveram a situação do parque ou da doação da terra.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 14./ 2014

Brasília, 24 de janeiro de 2014.

Contudo, a comunidade tem recebido ameaça constantemente de pessoas estranhas no entorno da Aldeia. No mês de janeiro de 2014 as ameaças se consumaram em um atentado a tiros de arma de fogo contra o indígena Edmar Braz da Conceição que estava pescando. Os disparos foram feitos por indivíduos de dentro de um veículo. Felizmente nenhuma bala atingiu Edmar que fugiu do local. Nos dias seguintes, várias pessoas apareceram em motos perguntando sobre o cacique. Uma das pessoas foi reconhecida pelos indígenas como sendo um funcionário de um posseiro vizinho à aldeia Geru Tucunã.

Esta situação não pode continuar desta forma, sendo necessária a rápida apuração das ocorrências e a definição do território onde vivem os indígenas Pataxó da Aldeia Geru Tucunã.

*Pablo Matos Camargo, Agente em Indigenismo - FUNAI MG-ES.



MA – Comunidade quilombola de Jenipapo, município de Caxias, aponta irregularidades em escola construída pela prefeitura com recursos federais
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.01.2014

Por Mayron Régis

A prefeitura de Caxias iniciou a construção de uma escola na comunidade quilombola de Jenipapo no ano de 2011 e deu por concluída a obra no mesmo ano. O Governo Federal, através do Ministério da Educação, liberou os recursos e também dá a obra por feita.

Contudo, a prefeitura não inaugurou a escola até o começo de 2014. Foram gastos mais de 100 mil reais em todas as etapas. Só que a prefeitura se esqueceu de que para uma escola funcionar em todos os seus aspectos é preciso de água. O abastecimento de água ainda não foi resolvido pela prefeitura. No projeto técnico para a construção da escola deveria constar a perfuração de um poço.

A comunidade de Jenipapo vai buscar a água para os seus afazeres domésticos bem longe do seu território em cima de burros e na terra de fazendeiros que nem sempre são muito receptivos. Os moradores não possuem recursos para escavar um poço que deve medir mais de 200 metros de profundidade a fim de garantir água de boa qualidade. A prefeitura de Caxias, centro-leste maranhense, só protela o início da perfuração do poço.

Por conta dessa inércia e dessa omissão, a comunidade cogitou a hipótese de desmatar parte de sua reserva legal e vender a madeira para a Barro Forte, empresa de cerâmica. Esta empresa desmatou boa parte do território quilombola no qual Jenipapo se localiza, mais concretamente as áreas das comunidades de Gameleira e Feitoria.

O Iterma regularizou 580 hectares para os quilombolas de Jenipapo e transformou a área em assentamento do estado. Cerca de 120 hectares foram registrados como reserva legal. Acaso a comunidade anuisse no desmatamento incorreria em crime ambiental e a Barro Forte também. A empresa compra carrada de madeira por R\$ 50,00. Precisaria desmatar muita floresta para juntar o recurso necessário com vistas a construção do poço.

A reserva legal de Jenipapo é rica em várias espécies florestais. A comunidade fez as contas de quanto obteriam com a venda da madeira e quanto ela vale ou valeria por prestar serviços socioambientais para os moradores. Cada espécie florestal presta um serviço imprescindível nas áreas de segurança alimentar, de saúde e de microclima. Esses serviços socioambientais ocorrem todos os dias. Como se sabe, a floresta não descansa. A sombra projetada pela copa das árvores é um serviço de absoluta relevância e pouca gente se atenta para isso. Esses serviços socioambientais poderiam contribuir não só do ponto de vista físico como também do ponto de vista financeiro com a produção de polpa de frutas e a fabricação de remédios caseiros para a comercialização.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 14./ 2014

Brasília, 24 de janeiro de 2014.

A comunidade de Jenipapo raciocinou em cima dessa proposta e decidiu não desmatar, decidiu intensificar as cobranças feitas a prefeitura e decidiu cobrar da mesma forma os governos estadual e federal com relação a perfuração do poço e a inauguração da escola.



INFORME 11 - Operação de desintrusão da Terra Indígena Awá-Guajá
SÍTIO FUNAI, 23.01.2014

Mais uma etapa das notificações de não-índios que ocupam a Terra Indígena Awá foi concluída nesta quarta-feira (22/1). A região conhecida como Cabeça Fria foi toda atendida, com 66 famílias notificadas. Duas equipes formadas por oficiais de justiça, servidores da Secretaria-Geral da Presidência da República, Fundação Nacional do Índio, Força Nacional, Polícias Federal e Rodoviária Federal e Força Aérea Brasileira percorreram a área por via aérea e terrestre. Até o momento, 256 notificações foram entregues, o que representa 80% da terra indígena.

A equipe do Incra fez uma mobilização de casa em casa para esclarecer aos moradores sobre a importância dos notificados se cadastrarem para poderem ter direito ao assentamento, por meio do Plano Nacional de Reforma Agrária.

O cadastro no Incra é importante pois apenas por meio desse processo o órgão selecionará as famílias que poderão ser assentadas. O Incra também irá assegurar outros benefícios, como Crédito Apoio e Fomento, PRONAF, vias de acesso e assistência técnica. Políticas como o Minha Casa, Minha Vida, Luz para Todos e Água para Todos também estarão garantidas.

A partir desta quinta-feira (23/1), uma base do Incra será montada em Cabeça Fria para facilitar o acesso das famílias notificadas ao cadastramento. Na base, o INSS também estará presente para fazer a inscrição daqueles que tenham direito a benefícios como auxílio-doença, salário-maternidade, amparo social ao idoso ou deficiente, entre outros. No ato do cadastro, além dos documentos pessoais, é necessário apresentar a notificação judicial.

Incra e INSS se reúnem com Sindicato de Trabalhadores Rurais

A convite do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São João do Caru (MA), o Incra e o INSS participaram na noite desta quarta-feira (22) de uma reunião na sede do sindicato para esclarecer aos presentes sobre a relevância do cadastro das famílias notificadas. Devido a informações equivocadas espalhadas na região, muitas pessoas ainda não se cadastraram, o que tem como consequência a perda do direito ao assentamento daqueles que deverão sair da terra indígena. Por esse motivo, foi reiterada a necessidade dos não-índios buscarem informações diretamente com os órgãos, que tem equipes disponíveis para orientar e esclarecer o público. Os servidores estão nas bases de São João do Caru e no povoado de Caju, assim como no posto do Incra que fará o cadastramento dos notificados em Cabeça Fria.

O Incra também está fazendo o levantamento de terras na região que poderão ser adquiridas para assentar as famílias, além de trabalhar em parceria com o INSS para assegurar os direitos dos beneficiários da reforma agrária.



Milésimo Parakanã

SÍTIO FUNAI, 23.01.2014

No dia 22 de dezembro de 2013, na aldeia Itagoá - Terra Indígena Parakanã, por volta das 22 h nasceu o milésimo indígena Awaete Parakanã. Uma menina, filha de Waxoirawa e Kytya Parakanã.

Os Parakanã foram contatados na década de 70 em decorrência da abertura da BR 230, a Rodovia Transamazônica, e que foi posteriormente removido de parte de suas terras tradicionais, em razão da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

As graves e negativas consequências dos impactos causados por esses dois empreendimentos ao povo Parakanã, que convivia com uma taxa de mortalidade de cerca de 20% ao ano, começaram a ser revertidas a partir de 1982 com a implementação de um convênio entre a FUNAI e a Cia. Vale do Rio Doce, com o propósito de mitigar os efeitos da Ferrovia Carajás, o que lhes proporcionou um atendimento de saúde mais efetivo. Porém, os Parakanã permanecem em completa dependência da FUNAI para a satisfação de suas necessidades, incluindo aquelas mais básicas como a alimentação.

Foi somente em 1987 que teve início a plena recuperação cultural e demográfica dos Parakanã. Nesse ano, antes ainda da existência de uma legislação ambiental que amparasse de forma mais robusta os direitos indígenas frente a grandes empreendimentos, teve início o chamado Programa Parakanã, uma iniciativa da FUNAI e da ELETRONORTE destinada a promover a recuperação em todas as áreas. Esse Programa é integralmente financiado pela ELETRONORTE e conta, desde a sua concepção, com uma equipe altamente preparada na implementação, tendo à frente o indigenista José Porfírio de Carvalho, servidor aposentado da FUNAI.

O Programa

O Programa foi implantado, tendo como objetivos:

- promover a completa regularização fundiária da terra indígena Parakanã,
- proteger seus limites contra todo e qualquer invasor,
- promover a saúde integral dos indígenas,
- recuperar sua capacidade produtiva abandonada em razão das doenças que se seguiram ao contato,
- ampliar o entendimento dos índios Parakanã a respeito da sociedade não-indígena, capacitando-o para o convívio dentro e fora da aldeia por meio de uma escola adaptada à sua realidade.

CONT.



No início desse trabalho, em 1987, a população era formada por 247 indígenas residentes em duas aldeias. Hoje, os mil Parakanãs, que se organizam em 15 aldeias, já possuem alta expectativa de vida, e caminham rumo à autodeterminação de seu futuro. O Programa, para muito além de promover a devida recuperação demográfica do Povo, foi responsável por evitar a extinção de um grupo étnico.

Na região, ainda são enfrentados muitos problemas ligados a pressões por exploração de recursos naturais que são de usufruto exclusivo dos indígenas. Decorrentes das ocupações que se estabeleceram no entorno da Terra Indígena, esses problemas seguem merecendo a atenção do Poder Público. Contudo, a qualidade de vida desse Povo é muito superior à que se apresentava quando do início do Programa.

A Funai, ainda hoje, atua em estreita parceria com os gestores e executores do Programa, sobretudo na efetivação das ações concretas desenvolvidas na Terra Indígenas Parakanã exercendo ações de monitoramento territorial da área.



Ministro da Defesa anuncia apoio às reivindicações dos quilombolas de Rio dos Macacos na Bahia

SÍTIO BAHIA NA REDE, 23.01.2014

Os incidentes entre moradores da comunidade quilombola Rio dos Macacos, no município de Simões Filho (BA), e militares do condomínio residencial da Marinha conhecida como Vila Naval da Barragem, ocorridos no dia 6 de janeiro passado, quando dois membros da comunidade foram detidos sob a alegação de supostas ameaças e desacato contra as sentinelas de serviço levaram o ministro da Defesa Celso Amorim a anunciar a posição oficial sobre o assunto.

O site do Ministro <http://www.defesa.com.br> publicou, com o título de “Comunicado sobre incidente na Bahia”, nota em que defende novos padrões de relacionamento entre a Marinha e o Estado brasileiro com aquela comunidade quilombola, que se tornou emblemática da luta para a garantia de direitos fundamentais em nosso país.

“O Ministério da Defesa, em parceria com diversos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, tem se empenhado na solução da questão fundiária entre a comunidade Rio dos Macacos e a União Federal. Entre as ações definidas estão o apoio à construção do Centro Comunitário, a viabilização do fornecimento de água potável, a reparação de imóveis que estão em risco iminente de queda e a permissão para plantio, cultivo e criação de animais”

A íntegra da Nota:

COMUNICADO SOBRE INCIDENTES NA MARINHA

O ministro da Defesa, Celso Amorim, acompanha com atenção os desdobramentos do incidente entre moradores da comunidade quilombola Rio dos Macacos, no município de Simões Filho (BA), e militares da base da Marinha conhecida como Vila Naval da Barragem. No dia 6 de janeiro, dois membros da comunidade foram detidos sob a alegação de supostas ameaças e desacato contra as sentinelas de serviço. Ao tomar conhecimento do fato, o ministro Celso Amorim determinou a soltura imediata dos irmãos Rosemeire e Ednei dos Santos.

Na sequência da decisão ministerial, a Marinha do Brasil instaurou Inquérito Policial Militar (IPM) para apurar as circunstâncias e as responsabilidades pelo ocorrido. O procedimento investigativo conta com a assistência do Ministério Público Militar (MPM).

O Comandante do 2º Distrito Naval determinou, ainda, o afastamento dos militares envolvidos de seus postos de serviço na Vila Naval da Barragem. Em nota oficial do dia 10 de janeiro, a Marinha comprometeu-se com a transparência e a imparcialidade da investigação e reiterou o compromisso de cooperar com o Ministério Público Federal (MPF).

Ontem (14), o ministro Celso Amorim determinou pronto atendimento ao pedido de abertura de uma segunda via de acesso à área da comunidade Rio dos Macacos, sem interferência militar.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 14./ 2014

Brasília, 24 de janeiro de 2014.

O Ministério da Defesa, em parceria com diversos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, tem se empenhado na solução da questão fundiária entre a comunidade Rio dos Macacos e a União Federal. Entre as ações definidas estão o apoio à construção do Centro Comunitário, a viabilização do fornecimento de água potável, a reparação de imóveis que estão em risco iminente de queda e a permissão para plantio, cultivo e criação de animais.

Por fim, o ministro Celso Amorim reafirma seu respeito à dignidade humana e à integridade física e moral dos cidadãos e repudia quaisquer atos de violência.

Brasília 15 de janeiro de 2014.

Ministério da Defesa

<http://www.defesa.gov.br/index.php/ultimas-noticias/8925-15-01-2014-defesa-nota>



Deputados denunciam ação de policiais em atentados contra quilombolas em Minas
SÍTIO BLOG DO DEPUTADO ROGÉRIO CORREIA, 23.01.2014

Deputados do PT de Minas denunciaram, na quarta-feira (22), que policiais militares teriam participado do ataque a quilombolas que deixou 13 feridos em Verdelândia, no norte de Minas, no último domingo (19). Um dos líderes de acampamento afirmou em audiência na Assembleia Legislativa que foi impedido de registrar boletim de ocorrência sobre uma tentativa de homicídio.

Com a situação, parlamentares pediram a intervenção da Força Nacional de Segurança e da Polícia Federal no norte de Minas. Para o deputado Padre João (PT-MG), a Polícia Militar pode ter sido omissa no caso. "O que a PM está fazendo é inadmissível, já que está dando cobertura para bandidos, entre eles o prefeito de Varzelândia", disse.

O deputado estadual Rogério Correia (PT-MG) defende a intervenção da Força Nacional na região. "Se a Polícia Militar não defende os quilombolas, as forças nacionais têm que garantir a defesa desses cidadãos", argumenta o deputado.

Segundo o presidente da Associação Quilombola Arapuim, Valdomiro Alves da Silva, nove homens armados invadiram o acampamento na Fazenda Morro Preto afirmando serem policiais militares. Além dos tiros, tudo foi incendiado e as plantações ficaram destruídas.

Outro líder, José Carlos de Oliveira Neto, afirma ter sido alvo de um atentado provocado por um funcionário do prefeito da cidade, dono da fazenda Brejo dos Criolos. Ao tentar registrar o boletim de ocorrência, teria sido impedido pelos policiais militares. O documento só foi assinado quando o quilombola entrou em contato com outras autoridades.

A representante da Fundação Palmares, Dora Bertúrio, afirmou que policiais militares estão atuando como "jagunços" dos proprietários das fazendas ocupadas. Procurada pela reportagem, a Polícia Militar ainda não respondeu às acusações dos parlamentares.

Fonte: PT na Câmara



Mulheres quilombolas fazem curso de administração agrícola do SENAR

SÍTIO SURGIU, 23.01.2014

No município de Santa fé do Araguaia, a estimativa é que mais de 60 mulheres sejam assistidas pela capacitação, com duração de 40 horas

As aulas estão acontecendo na escola municipal do povoado Cocalim, município de Santa Fé do Araguaia, norte do Tocantins, desde segunda-feira, 20. São mais de 20 alunas beneficiadas pelo programa "Com licença, vou à luta" (CLVL), oferecido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), coordenado pela presidente do Sistema CNA / FAET / SENAR, senadora Kátia Abreu. O objetivo é qualificar trabalhadoras rurais, que já desempenham alguma atividade em pequenas propriedades, em administração rural.

No município de Santa fé do Araguaia, a estimativa é que mais de 60 mulheres sejam assistidas pela capacitação, com duração de 40 horas. Segundo a responsável pelo Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) da cidade, Maria Raimunda da Conceição, a comunidade foi muito receptiva durante a mobilização. "Este povoado possui mais de 250 famílias. A maioria dos moradores é quilombola e trabalha com lavoura ou criação de porcos e galinha e comercializam os produtos na cidade", relata a Raimunda.

Dona Maria da Conceição de Araújo é uma das moradoras do povoado e cria e vende porcos com o esposo. Ela está fazendo o curso para adquirir mais conhecimento sobre a gestão do negócio. "Eu cuido da parte de engorda da criação. Com o curso vou conseguir ter uma noção de quanto estou gastando com a alimentação deles, para poder definir um preço de mercado que cubra minhas despesas", disse a trabalhadora rural.

Além de Santa Fé do Araguaína a cidade de Barra do Ouro também será contemplada com o curso Com Licença Vou a Luta no próximo sábado, 25.



Executivo envia primeiros projetos

SÍTIO DIÁRIO DO NORDESTE, 23.01.2014

Três mensagens do Poder Executivo deram entrada na Assembleia Legislativa e devem ser as primeiras apreciadas pelos deputados estaduais, logo que eles retornem do recesso parlamentar que teve início no dia 21 de dezembro e segue até o próximo dia 3 de fevereiro. Uma das matérias discorre sobre a doação de terreno por parte do Governo do Estado para a Fundação Nacional do Índio (Funai) com o intuito de fornecer espaço físico para as comunidades indígenas Anacé, desalojadas da área onde está parte do complexo do Pecém.

A Assembleia Legislativa tem sua primeira sessão ordinária no dia 4 de fevereiro. No dia anterior, os deputados participam de uma sessão solene de instalação do ano legislativo, quando o governador Cid Gomes fará sua última prestação de contas, ao longo dos dois mandatos.

Segundo o projeto, a doação do terreno faz parte do compromisso do chefe do Executivo Estadual para com o Governo Federal, visto a desapropriação de terras dos índios para a implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (Cipp), incluindo obras de construção da Refinaria Premium Ceará. Através da proposta, as comunidades indígenas Anacé das localidades de Matões e Bolso, em Caucaia, serão recolocadas em terras que passarão a ser suas.

"Em atenção àquela finalidade, o Ceará firmou compromisso com a Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), a Fundação Nacional do Índio (Funai), as próprias comunidades indígenas Anacé de Matões e Bolso e o Ministério Público Federal, constituindo obrigação assumida pelo Estado a aquisição de imóveis e a sua doação à União Federal, para constituição da Reserva Indígena Anacé", diz o texto.

Os terrenos, conforme a matéria apresentada, estão localizados na mesma região em que os indígenas já viviam. De acordo com a proposta, serão dez "imóveis" a serem transferidos para a União, todos em Caucaia.

Outra mensagem extingue o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social, o FEHIS, que foi instituído em 2008, através de Lei aprovada pela Casa Legislativa. De acordo com a matéria, que deverá ser analisada pelas comissões de Constituição, Justiça e Redação; Trabalho e Serviço Público; e Orçamento, a propositura tem sua justificativa em razão da não operacionalização do Fundo Estadual de Habitação em decorrência da não alocação de recursos federais, visto que o Programa Minha Casa, Minha Vida já atende essas necessidades.

Recursos federais

Depois de instituído, em 2009, o Minha Casa, Minha Vida direcionou os recursos federais destinados à habitação de interesse social, sem que ocorresse a passagem da verba pelo Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), sem transferência para o FEHIS.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 14./ 2014

Brasília, 24 de janeiro de 2014.

A partir de aprovado, a Secretaria das Cidades ficará autorizada a adotar as providências necessárias para a destinação do saldo financeiro do Fundo, se houver, observando, no entanto, a vinculação da receita do Fundo Estadual de Habitação.

Uma outra matéria do Governo que foi encaminhada para a Assembleia Legislativa discorre sobre a transferência de R\$ 100 mil da Secretaria de Saúde do Estado (Sesa) para a Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza (SMS), que passará tal recurso para o a Associação Peter Pan (APP), que trabalha no combate ao câncer infantil. As mensagens ainda serão apresentadas em plenário e, em seguida, voltarão para as comissões em que serão analisadas e, posteriormente, votadas pelos deputados da Casa.



Líder indígena é assassinado em Honduras

SÍTIO VERMELHO, 23.01.2014

O dirigente indígena lenca Justo Sorto foi assassinado, nesta quarta-feira (22), com vários disparos de arma de grosso calibre em uma propriedade da comunidade de Yance, município de Jesús de Otoro, no departamento de Intibuca em Honduras.

Ao denunciar o crime, o Conselho Cívico de Organizações Populares e Indígenas (Copin) recordou que os lenças são aproximadamente 400 mil distribuídos nos departamentos ocidentais de Lempira, Intibuca e Santa Barbara e têm travado lutas em defesa de seus bosques e contra projetos mineiros em sua região.

Sorto foi detido em várias ocasiões pela polícia por participar de bloqueios de estradas nas quais exigiu a saída dos madeireiros que com fins comerciais devastam os bosques onde habitam as comunidades dessa etnia.

Fonte: Prensa Latina

Lideranças indígenas pedem demarcação de terras ao Governo

SÍTIO PORTAL O DIA, 23.01.2014

Eles solicitam reconhecimento de sua existência como índios



Wilson Martins recebeu a cara da Associação de Remanescentes Indígenas do Piauí

Durante visita ao município de Piripiri ontem, dia 22, o governador Wilson Martins recebeu das mãos de lideranças indígenas da região, uma carta com inúmeras reivindicações do povo Tabajara e da Associação de Remanescentes Indígenas de Piripiri. A entrega do documento aconteceu durante a solenidade de reinauguração do Memorial Expedito Resende.

Dentre as muitas reivindicações, os indígenas solicitam reconhecimento de sua existência como índios e a implementação de políticas públicas de assistência aos índios no Piauí. "Tabajara, como diziam nossos antepassados, significa 'O dono da casa', mas hoje no Piauí nós não temos casa para ser dono. Ao contrário, fomos criminalizados, perseguidos, acudados e dispersados. Ainda hoje sofremos com tais violências, às vezes, veladas, mas que estão presentes em nosso cotidiano, quando não temos nosso lugar para plantar, para ensinar nossos filhos e netos como viviam nossos ancestrais", diz a carta.

A Associação de Remanescentes Indígenas do Piauí calcula que existam na região 53 famílias indígenas e pelo menos outras 100 famílias a serem cadastradas. Na carta entregue ao governador, eles também solicitam apoio para a demarcação da terra indígena Tabajara de Piripiri, instalação de uma Unidade Básica de Saúde na cidade, construção e manutenção de uma escola indígena, dentre outras demandas

Repórter: Karliete Nunes - Jornal O DIA



FAEA entrega ao MPF abaixo assinado contra pedágio cobrado por indígenas na Transamazônica

SÍTIO RURAL RB, 23.01.2014

Presidente da FAEA diz que cobrança ilegal onera indevidamente os produtores rurais e a população que necessita passar pela local

Um documento com cinco mil assinaturas de moradores dos municípios de Apuí, Manicoré e Distrito de Santo Antônio do Matupi, no Sul do Amazonas, em apoio à retirada definitiva do pedágio cobrado pelos indígenas da etnia Tanharim, na Rodovia Federal Transamazônica (BR-230), foi entregue na sede do Ministério Público Federal (MPF), em Manaus, nesta quarta, dia 22.

Após protocolar o abaixo-assinado, o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas (FAEA), Muni Lourenço, juntamente com o presidente do Sindicato Rural do Sul do Amazonas (SINDISUL), Carlos Koch, e o prefeito de Apuí, Adimilson Nogueira, se reuniram com o procurador-chefe do MPF, Júlio José Araújo Júnior, para discutir a insegurança da população que aguarda respostas pelo desaparecimento de três pessoas e o fim da cobrança do pedágio.

Lourenço diz que a cobrança ilegal de pedágio onera indevidamente os produtores rurais e a população que necessita passar pela local. A instituição defende a instalação de um posto da Polícia Rodoviária Federal na rodovia.

– As assinaturas que foram entregues são uma forma de manifestação contra a cobrança do pedágio, que está ao longo dos anos ocasionando constrangimentos e humilhações. A população do Sul do Amazonas está temerosa sem saber o que poderá acontecer se essa situação continuar. Acreditamos na justiça e esperamos que o abaixo-assinado colabore com o MPF – disse Lourenço.

– O que pedimos são respostas para que essa situação seja esclarecida o mais breve possível; e que o pedágio seja definitivamente cancelado. Hoje as pessoas têm medo de parar com a família na reserva. Acreditamos que, enquanto demorar a esclarecer esse assunto esse sentimento vai continuar, até mesmo pessoas que estavam pensando em investir na cidade recuaram o que prejudica a economia – afirma Nogueira.

O presidente do SINDISUL, Carlos Koch, pediu ao procurador durante a reunião que olhasse pela população do Sul do Amazonas.

– Nós produtores rurais que ficamos dia a dia produzindo alimentos, só queremos trabalhar em paz. Estamos dizendo não, a retomada do pedágio ilegal. Quero deixar claro que não temos nada contra a comunidade indígena o que queremos é que a justiça seja feita – disse.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 14./ 2014

Brasília, 24 de janeiro de 2014.

Para o procurador chefe do MPF, Júlio José Araújo Júnior, o Ministério é para toda a população; ressaltou que a reunião foi bastante produtiva e que o diálogo foi muito importante. Araújo disse aos participantes do encontro que a instituição não fecha os olhos para a população não indígena. Com relação ao pedágio foi sucinto ao informar que o MPF está acompanhando os desdobramentos.

Entenda o caso

Os conflitos em Humaitá, e no Distrito de Santo Antônio do Matupi, na BR 230, transformou a rotina dos moradores da região. O clima nos municípios é de insegurança a mais de um mês.

Esta situação ocorre após o desaparecimento de três homens possivelmente dentro da Reserva Tenharim no dia 16 de dezembro de 2013. Moradores dos municípios culpam os índios pelo sumiço, dizendo que foi uma retaliação pela morte do cacique Ivan Tenharim. Os índios negam envolvimento com os desaparecimentos.

O Exército, policiais civis e militares, Polícia Federal, já se encontram no local realizando as investigações e a segurança. Durante os protestos da população, as bases do pedágio foram destruídas e o pedágio não voltou a ser cobrado. Os índios alegam que a cobrança é uma forma de compensação.

FAEA



Boletim de Notícias - Edição nº 14./ 2014

Brasília, 24 de janeiro de 2014.

Indígenas mantêm feira de artes artesanais no Complexo da Maré

SÍTIO EBC, 24.01.2014

Líderes indígenas falaram ao Tema Livre de hoje (25) sobre as lutas, conquistas e dificuldades no contexto das reivindicações da sociedade

A partir do "Projeto Mães da Maré Pescando Artes", as lideranças étnicas, comunitárias e políticas Twry Pataxó, Cristiane Papión, da tribo Kaporuna, e Ana Paula Moura, da tribo Cariri Xocó, traçaram no Tema Livre desta sexta-feira (24) o cenário dos indígenas na cidade e no estado do Rio de Janeiro.

As participações dos indígenas na luta da Aldeia Maracanã contra as autoridades, a integração com as manifestações de rua e, ainda, as discriminações aos primeiros habitantes desta terra ao longo da história e até por outros movimentos de luta pela cidadania.

Confira as opiniões na íntegra.

<http://radios.ebc.com.br/tema-livre/edicao/2014-01/indigenas-mantem-feira-de-artes-artesanais-no-complexo-da-mare>



Homens da Força Nacional auxiliam reconstrução de torres da Eletronorte

SÍTIO G1/MA, 24.01.2014

Cinco torres foram derrubadas por indígenas Krikatis e Guajajaras no MA. Manifestação de indígenas interditou MA-208 durante 16 dias.

Agentes da Força Nacional estão auxiliando a reconstrução de cinco torres das Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte) derrubadas pelos indígenas Krikatis e Guajajaras, durante protesto que interditou a MA-280 durante 16 dias, entre Montes Altos e Sítio Novo, na Região Tocantina do Maranhão.

Os indígenas reclamam de obras de infraestrutura nas aldeias, que teriam sido paralisadas e da velocidade dos carros que passam na rodovia que corta a reserva. O fim do manifestação se deu após reunião realizada na tarde de terça-feira (21), na Aldeia Jerusalém, da qual participaram representantes do governo do Estado, Procuradoria da República, da construtora responsável pela recuperação da rodovia, da Eletronorte, da Fundação Nacional do Índio (Funai) e lideranças indígenas.

Após o acordo, a empresa enviou equipe com 80 funcionários, entre engenheiros, técnicos, armadores e eletricitas. Para garantir a segurança dos profissionais, um destacamento da Força Nacional atua dentro da aldeia, com o apoio logístico do exército. No início dos trabalhos, eram 20 policiais, número que foi reduzido pela metade após a trégua anunciada pelos Krikatis e porque a presença dos policiais incomoda os indígenas.

Outra reivindicação é o pagamento da indenização no valor de R\$ 600 mil pela Eletronorte - valor que foi combinado para que a empresa instalasse as torres dentro da reserva. Segundo os índios, o valor ainda não foi pago. Uma reunião na próxima semana deve definir como será feito o pagamento.

A rede de alta tensão que passa por dentro da reserva indígena é responsável pelo abastecimento de cidades da região centro-oeste do estado até a cidade de Presidente Dutra, e faz parte do sistema interligado de energia elétrica brasileiro que abastece 96% do país. A distribuição só não foi interrompida com a derrubada das torres porque foi acionado um sistema alternativo que passa por Açailândia.



Moradores ficam sem casa no quilombo Chácara das Rosas

SÍTIO O TIMONEIRO, 24.01.2014

Doze famílias ficaram sem ter onde morar depois do reassentamento realizado

Famílias do quilombo urbano Chácara das Rosas visitaram a redação do jornal O Timoneiro, na última quarta-feira, 22, e relataram uma grave situação a respeito do reassentamento realizado dentro do Quilombo Chácara das Rosas. Segundos as famílias, o número de casas construídas para os moradores foi insuficiente para a população do local e 12 famílias permanecem sem residência desde dezembro. Destas, cinco estariam inscritas no Programa Minha Casa Minha Vida, em uma obra que está atrasada e outras oito estão em situação indefinida, sem local para morar e nem perspectiva de reassentamento.

Os moradores afirmaram que durante o período em que estavam sendo construídas as novas casas definitivas, todos foram abrigados em casa de passagem, mas que no começo de dezembro estas casas foram todas desmontadas e, como houve atraso no Minha Casa Minha Vida, as cinco famílias inscritas ficaram sem residência, assim como as outras oito, que não foram contempladas em nenhuma das modalidades de reassentamento.

Segundo a Prefeitura, o Minha Casa Minha Vida (MCMV), implantado no Quilombo é o MCMV Entidades, contrato que foi assinado diretamente entre Caixa Federal e Associação Quilombo Chácara das Rosas. A administração municipal teria entrado com contrapartida de materiais e com o trabalho social.

A Prefeitura diz ainda que, sendo MCMV Entidades, todas as decisões da obra teriam sido tomadas em Assembleia da Associação. "Nestas assembleias ficou decidido que seriam 24 casas e quem seriam os beneficiados, além de um conjunto de decisões que foram necessárias durante a implantação da obra e do trabalho social", diz a nota enviada pela administração municipal. As unidades aos 5 Quilombolas, segundo informação da Caixa Federal, estão previstas para serem entregues em março.

A respeito das demais famílias que ficaram sem moradia e que não estão inscritas no Minha Casa Minha Vida, a administração municipal diz que durante a obra, depois do projeto pronto, surgiu a demanda de mais cinco famílias quilombolas. À pedido do MPF e do quilombo, estas famílias foram incluídas em empreendimentos do MCMV. Sobre as demais famílias, a nota enviada pela Prefeitura deixa claro que o futuro delas é incerto. "Após, surgiram várias demandas de amigos e parentes das famílias que exigiam habitação. Informamos que a Prefeitura de Canoas possui 19 mil inscritos do MCMV e um conjunto de famílias que precisam ser realocadas para implantação de obras na cidade. A escolha de quem vai habitar estas moradias se dá de forma transparente através de sorteio público, já na sua terceira edição, e através de discussão no Conselho Gestor de Habitação. Portanto, não haverá privilégios e não serão aceitas quaisquer tentativas de "passar à frente dos inscritos sorteados".

Trator é entregue para comunidade quilombola de Palmas

SÍTIO JORNAL FOLHA DO SUL, 24.01.2014



Equipamento servirá para atender 57 famílias da localidade

Crédito: Franceli Couto/EspecialFS

Nesta semana, o secretário do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR), Ivar Pavan, e o prefeito de Bagé, Dudu Colombo, estiveram na localidade de Palmas para realizar a entrega de um trator à Associação Quilombola dos Pequenos Produtores Rurais de Palmas. O equipamento, no valor de R\$ 70 mil, viabilizado através do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (Feaper), contempla, ainda, a construção de um Centro Comunitário.

Na abertura do evento, o coordenador regional adjunto da SDR, Renato Vaz, apresentou o projeto e os demais programas com os quais a comunidade já foi beneficiada. A Associação Quilombola dos Pequenos Produtores Rurais de Palmas possui 57 famílias cadastradas.

Na sequência, Leomar Alves, representante da comunidade quilombola, falou da dificuldade encontrada há alguns anos. "Além da distância, havia o preconceito com o povo negro, principalmente o quilombola", salienta. No entanto, Alves afirma que após a organização social da comunidade houve mudanças e citou os programas e políticas públicas a que a Associação já teve acesso. "Gostaria de agradecer o apoio integrado da Emater, Prefeitura e Governo do Estado", conclui.

Dudu Colombo, por sua vez, comentou sobre a importância de voltar à comunidade e,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 14./ 2014

Brasília, 24 de janeiro de 2014.

também, da transformação da realidade através das políticas públicas. “O que nós estamos fazendo aqui é continuidade de um processo de formatação e inclusão desta comunidade e da nossa cidade”, declara.

Para o secretário Ivar Pavan é mais fácil buscar recursos e fazer o trabalho acontecer através da organização. “O projeto de desenvolvimento só tem sentido se a gente pensar o desenvolvimento de baixo para cima, ou seja, a partir daqueles que mais precisam”, destaca. O diretor do Departamento de Infraestrutura Rural, Irrigação e Usos Múltiplos de Água (Dinfra) da SDR, Vilmar Galvão, o coordenador regional da SDR, Nei Maurenre, o gerente regional da Emater/RS-Ascar, Luis Fernando Fabrício, o presidente da Associação Quilombola, Vanderlei Alves, autoridades locais e famílias quilombolas prestigiaram o evento.



Reunião discute ações na comunidade quilombola da Lagoa Grande

SÍTIO TRIBUNA FEIRENSE, 24.01.2014

Moradores da Lagoa Grande, primeira comunidade certificada pela Fundação Cultural Palmares como quilombola em Feira de Santana, participaram de uma palestra, na manhã desta quinta-feira, 23, como foco em iniciativas governamentais que visem melhorar a qualidade de vida, bem como evidenciar aspectos culturais. No local existem cerca de 300 casas de descendentes de escravos. A comunidade é localizada no distrito de Maria Quitéria, de onde tiram seus sustentos da terra.

Para Fábio Santana, da Fundação Cultural Palmares, o que se buscou foi ouvir a comunidade para, depois, ações sejam desenvolvidas, bem como desenvolver iniciativas voltadas aos quilombolas. "Ser quilombola enaltece. Não é pejorativo. Aqui é o berço da cultura negra". No encontro, representantes da comunidade foram ouvidos.

A comunidade vai ganhar uma escola e um posto de saúde – ambos com atendimento diferenciado, voltado aos quilombolas, como explica a presidente do Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento de Comunidades Negras e Indígenas de Feira de Santana, Lourdes Santana. Outros eventos serão realizados na comunidade ao longo do ano. Na quarta-feira, o presidente da Fundação, Hilton Cobra, esteve no quilombo.

Membro da Comissão da Promoção da Igualdade da Assembléia Legislativa da Bahia, Lindinalva de Paula enfatiza que a certificação passa pela história oral contada pelos mais idosos, bem como a verificação do grau de parentesco entre os moradores da comunidade, entre outras observações.

Para Tereza do Espírito Santo, da Secretaria da Promoção da Igualdade Social, a sociedade brasileira ainda é muito racista, mesmo que afirme o contrário. "Estas ações devem ser mais enfáticas contra o racismo à brasileira. Deve ser uma política de Estado".

A presidente da Associação dos Moradores de Maria Quitéria, Fernanda Conceição, disse que os jovens são mais resistentes e ainda não se veem como quilombolas. "Mas estamos resgatando algumas tradições, como festas, e estamos nos reunindo com eles". O Centro de Referência e Assistência Social São José faz um trabalho na comunidade, voltado à retomada cultural, bem como voltado à afirmação.

O secretário de Cultura, esporte e Lazer, Jailton Batista, que esteve na comunidade, disse que o município vai buscar parcerias com estes órgãos no sentido da promoção de eventos voltados à cultura negra, bem como dialogar com as comunidades, tanto as rurais como as urbanas.



Em Tocantinópolis, Prefeitura e FUNAI Oferecem Curso Pré-vestibular aos Indígenas Apinajés

SÍTIO TOCNOTÍCIAS, 24.01.2014

A Prefeitura Municipal de Tocantinópolis e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) por meio da Diretoria de Assuntos Ecológicos e com o apoio da Secretaria Municipal de Educação oferecem a 2ª edição do Cursinho Pré-Vestibular aos indígenas.

O objetivo do projeto é facilitar o ingresso e a permanência dos indígenas Apinajés na Universidade.

Em Tocantinópolis, nas terras indígenas apinajés há um total de 08 escolas. Com a oferta destas escolas dentro das aldeias é possível que o indígena estude as séries do Ensino Fundamental e Médio inteiramente na aldeia, graças a este fator, atualmente é possível uma maior conciliação entre os conteúdos escolares das disciplinas oficiais e os saberes tradicionais presentes na comunidade indígena.

Os problemas que os povos indígenas enfrentam ainda são grandes, visto que ainda não há uma estruturação suficiente para as aulas das disciplinas oficiais, nem um entendimento do Estado para que se faça uma adaptação da escola aos modelos tradicionais indígenas.

Devido aos problemas verificados durante a Educação Indígena, como a falta de continuidade dos estudos após o término do ensino médio, a Prefeitura se prontificou a ajudar os indígenas a terem um meio do qual pudessem ser incluídos no seio acadêmico.

O Coordenador do Cursinho Pré-Vestibular e Diretor Municipal de Assuntos Ecológicos, Emivaldo da Silva Aguiar declarou que os indígenas estão sendo capacitados a realizarem o certame e que as aulas são ministradas por professores capacitados e devidamente comprometidos com ensino dos indígenas. "O ensino superior é uma realidade para raras pessoas nas terras indígenas, apesar das ações afirmativas do Governo Federal e da existência de um Campus da UFT em nossa cidade, nem por isso deixamos de acreditar no potencial educacional dos indígenas e a prova disso, é que estamos oferecendo essa oportunidade a eles", disse o Coordenador.

A FUNAI também contribuiu fazendo sua parte promoveu a divulgação e a inscrição dos interessados a uma vaga na universidade e com parte do combustível. Os cursinhos pré-vestibulares oferecidos pela prefeitura, já está na sua 2ª edição. Na 1ª edição 2 alunos conseguiram a aprovação no Curso de Ciências Sociais no Campus da UFT de Tocantinópolis e 1 está cursando Administração em Palmas.

"Estamos muito felizes por mais esta oportunidade oferecida a nós, agradecemos a Prefeitura de Tocantinópolis, a FUNAI, aos professores e ao coordenador do cursinho. Estamos ansiosos para chegar o dia da prova e colocar em prática tudo que aprendemos aqui. Estamos tendo

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 14./ 2014

Brasília, 24 de janeiro de 2014.

dificuldades em Redação, mas até o término deste curso acreditamos ter solucionado esta dificuldade”, falou o vestibulando Ercílio Rocha Dias Apinajé.

A Prefeitura de Tocantinópolis disponibilizou 5 professores distribuídos entre as disciplinas de História, Português, Redação, Matemática, Química, Física, Geografia e Biologia: Goiasi Azevedo; Alexandro Sousa; Irene Moares; Ítalo Costa e Antônio Marques. Disponibilizou ainda, motorista, combustível e material didático para a realização deste curso.

“A pedido dos alunos do Ensino Médio, fizemos novamente esta parceria para oferecer este curso pré-vestibular. Este projeto foi bem aceito pelas comunidades Indígenas Apinajé e isso trouxe resultados práticos a estas comunidades com um comprometimento claro entre a Prefeitura e Coordenação Técnica Local e também conceder oportunidade de participar de um curso pré-vestibular gratuitamente possibilitando a disputa igualitária a grupos minoritários em processos seletivos para ingresso no nível superior, esta é a nossa meta”, comentou o Prefeito Fabion.

Fonte: Ascom/Prefeitura de Tocantinópolis

Escola Indígena de Tenente Portela tem projeto selecionado pelo Ministério da Cultura em parceria com o MEC
SÍTIO FOLHA POPULAR, 24.01.2014



Escolas do Brasil inteiro concorreram com projetos apresentados ao Programa “Mais Cultura na Escola” resultante de uma parceria do MINC com o MEC. Duzentas e sete escolas foram selecionadas e destas, seis escolas são do Rio Grande do Sul.

Entre as seis escolas gaúchas selecionadas três escolas são indígenas e uma delas é a Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Mukej de Tenente Portela. A elaboração dos três projetos selecionados no Estado foi realizada pela consultoria do Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual (INBRAPI).

O Projeto aprovado pela Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Mukej, foi construído com a participação do professor de valores Kaingáng, João Paulo Pirin Sales, coordenador do Grupo Cultural Ga Krãque se destacou na abertura da Expotenpo em novembro de 2013, exemplo de boas práticas culturais dentro da comunidade escolar.

As atividades do projeto de R\$ 20 mil iniciam com as aulas na Escola Mukej envolverão contação, registro e revitalização de mitos, lendas e cantos Kaingáng partindo da concepção tradicional da educação Kaingáng de que os anciãos são os mestres da cultura indígena. Serão respeitados os princípios de oralidade, interculturalidade e diversidade cultural no projeto que promete belos resultados.

Felicitamos a Diretora Olvanete Brum e toda a comunidade escolar da Mukej - comemora a

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 14./ 2014

Brasília, 24 de janeiro de 2014.

advogada e consultora de cooperação Fernanda Jófej Kaingáng.

Nossos municípios não têm idéia da visibilidade que as culturas dos Povos Indígenas podem trazer para a região: Os resultados de projetos assim têm repercussão nacional e internacional - finaliza Fernanda.



Corpos dos três homens sequestrados pelos índios em Humaitá ainda não foram encontrados e a tribo vai reabrir os pedágios

SÍTIO TRIBUNA DA IMPRENSA, 24.01.2014

Carlos Newton

A imprensa literalmente abandonou o grave caso dos três moradores de Humaitá, no Amazonas, que no dia 16 de dezembro trafegavam na rodovia Transamazônica e foram sequestrados e mortos por índios tenharim que há anos cobram ilegalmente “pedágio” na estrada federal.

A justificativa do bárbaro crime foi a necessidade de vingarem a morte de um índio chamado Ivã, que caiu de moto, não usava capacete protetor, e a Polícia afirma que foi apenas um acidente.

A PM, a Polícia Federal e a Guarda Nacional fazem buscas na região, mas até agora não acharam vestígios dos corpos do professor Steff Pinheiro de Souza, do representante comercial Luciano Ferreira Freire e do funcionário da Eletrobrás Amazonas Energia Aldeney Ribeiro Salvador.

Foram encontradas apenas algumas peças queimadas de um carro modelo Gol (do mesmo tipo do veículo em que os três trafegavam), mas até agora não se tem confirmação se eram do automóvel das vítimas.

MEDIAÇÃO

O mediador que tenta resolver o conflito é o bispo dom Francisco Merkel, que conhece bem a situação. Ele afirmou que as desavenças começaram em 2006, após a instalação de pedágios cobrados pelos índios na Transamazônica. mas até agora não há possibilidade de acordo.

Em 2006, os índios sequestram um motorista de caminhão, apreenderam o veículo e só devolveram depois de extorquir 10 mil reais do caminhoneiro, que deu queixa à Polícia Federal, mas não houve qualquer providência.

Agora, os índios insistem em continuar a cobrança do pedágio, a partir de fevereiro. A cobrança será feita apesar da ameaça de um novo ataque dos brancos que, no dia 26 de dezembro, atearam fogo aos postos instalados na área indígena. Agora, os caciques prometeram estourar as pontes e isolar a reserva, caso haja novo ataque dos brancos.

A situação é da maior gravidade, mas nem o governo nem a imprensa parecem se interessar pelo problema.



Uma questão para quem resolver?

SÍTIO JORNAL DO OESTE, 24.01.2014

Na região Oeste, além do problema das invasões de terras férteis, os índios têm causado outro tipo de problema econômico e social. Antes que os defensores das tribos se enfureçam, é bom esclarecer que as maiores vítimas deste processo são os próprios descendentes das mais nobres raízes da formação do povo brasileiro. Por sinal, pagam um altíssimo preço por tentar manter – em alguns casos de maneira forçada – a tradição de viver como homens primitivos em pleno século XXI.

A questão indigenista precisa ser analisada com muito mais responsabilidade do que vem sendo feito até agora, especialmente nos últimos anos, quando os índios tiveram o processo de massa de manobra muito mais intensificado. Quais os reais motivos por trás dessa nova política é que ainda não foi possível perceber claramente, até porque a nação como um todo tem sido extremamente prejudicada, assim como a própria condição de dignidade dos povos indígenas.

É o que tem acontecido com maior intensidade em Toledo desde o ano passado, quando famílias inteiras estão sendo vistas em pontos centrais da cidade, como no Terminal Rodoviário ou no cruzamento da avenida Parigot de Souza com a rua Santos Dumont. Ali são menores pedindo esmolas em troca da 'venda' de souvenirs. Não há local para tomar banho, comer ou até mesmo fazer as mais essenciais necessidades fisiológicas, numa situação degradante.

As autoridades municipais estão de mãos atadas, porque mexer com índios é criar um problema nacional. Somente a Funai pode 'tocar' no vespeiro no qual está se transformando essa questão.

Mas é preciso agir e, neste caso, agir significa pressionar quem é o verdadeiro responsável, no caso os dirigentes da Fundação Nacional do Índio. Como nada tem sido feito para resolver o problema, é preciso que as autoridades se unam em busca de soluções. Prefeitura, Câmara, Poder Judiciário, Ministério Público e clubes de serviços e outras organizações abram o debate, convoquem a Funai para dar explicações, até porque a sociedade quer respostas de seus legítimos representantes muito mais nessas horas. O silêncio e a convivência só fazem aumentar o problema e a migração de índios para todos os povos.

Paraguai: Estudo revela maior taxa de desmatamento do mundo na terra de uma tribo isolada

SÍTIO ECODEBATE, 24.01.2014



Empresas de pecuária querem desmatar a floresta dos Ayoreo isolados

© GAT / Survival

Um novo estudo científico revelou que a floresta do Chaco no Paraguai – o derradeiro refúgio da tribo isolada Ayoreo – está sendo devastada pela maior taxa de desmatamento do mundo.

O estudo feito pela Universidade de Maryland constatou que 'a floresta do Chaco no Paraguai (...) enfrenta um rápido desmatamento para o desenvolvimento de fazendas de gado. O resultado é a maior taxa de desmatamento do mundo.'

Estas imagens dramáticas feitas por satélite mostram a assombrosa extensão da destruição florestal no Chaco entre os anos 1990 e 2013 – e também mostram que a área reivindicada pela tribo Ayoreo é um dos últimos resquícios que restam da floresta.

Como muitos povos indígenas ao redor do mundo, os índios dependem da floresta para sua sobrevivência e eles estão protegendo-a há milhares de anos.

O Ministério do Meio Ambiente do Paraguai causou recente indignação ao conceder licenças às empresas brasileiras de pecuária Yaguarete Pora S.A. e Carlos Casado S.A. (uma subsidiária da empresa de construção espanhola Grupo San José) para desmatarem a floresta dos Ayoreo, ainda que a área esteja localizada dentro de uma reserva de biosfera da UNESCO.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 14./ 2014

Brasília, 24 de janeiro de 2014.

Os isolados Ayoreo são forçados a viver em fuga das escavadeiras que estão constantemente derrubando sua floresta. Qualquer contato com os pecuaristas poderia matar os índios, pois eles não têm imunidade a doenças trazidas por estranhos.

Em um apelo urgente ao Relator Especial da ONU para os povos indígenas, a organização Ayoreo OPIT disse: '(Para os Ayoreo e seus parentes isolados), proteger a floresta e seus territórios constitui a própria vida.

'Os projetos pecuaristas das empresas Yaguarete e Carlos Casado na terra ancestral dos Ayoreo-Totobiegosode destruiriam e devastariam sua floresta com todos os seus recursos naturais.'

Stephen Corry, diretor da Survival International, disse hoje, 'Por quanto tempo mais o Paraguai irá ostentar duas reservas de biosfera da UNESCO? Com a maior taxa mundial de desmatamento, o Chaco não vai durar para sempre: com ele, a única tribo isolada do país também será destruída. O governo deve impedir que os pecuaristas brasileiros destruam a herança de seu povo, antes que seja tarde demais para o Chaco e para os Ayoreo.'

Informe da Survival International, publicado pelo EcoDebate, 24/01/2014



Padre Ton expõe em Bruxelas situação dos indígenas Awá-Guajá

SÍTIO FUNAI, 24.01.2014

O presidente da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas, deputado Padre Ton (PT-RO), denunciou nesta quarta-feira, 22, em Br...uxelas, os riscos e perigos que afetam os indígenas Awá-Guajá, que vivem no Maranhão.

Na Conferência "Awá: à Beira da Extinção", organizada pelo Parlamento Europeu, o parlamentar lembrou que o governo federal fez o despejo de invasores da reserva dos Awá-Guajá, considerados pela ONG Survival International como o povo mais ameaçado do planeta.

Neste mês, O governo federal iniciou o processo de desintrusão (retirada dos não índios) da Terra Indígena Awá-Guajá, localizada na região Noroeste do Maranhão. O Exército já instalou a base principal, em São João do Caru, que dará apoio logístico para o processo de retirada de não índios da área. Dessa maneira, assegura a posse definitiva para o povo Awá-Guajá, muitos deles isolados e de recente contato.

"Mais de 300 construções foram erguidas dentro da reserva, pelos invasores", informou Padre Ton, mencionando trabalho documental e jornalístico feito pela jornalista Miriam Leitão e o fotógrafo Sebastião Salgado sobre o modo de vida dos Awá.

A terra indígena Awá-Guajá foi reconhecida em 1992 e homologada em 2005. A área é uma das mais afetadas pelo roubo de madeira. O direito dos Awá-Guajá às terras que ocupam foi reafirmado por recente decisão da Justiça Federal do Maranhão.

Este processo, que já se arrastava por mais de 12 anos, tem sido instrumento de tensão política, inflamando os interesses de comunidades tradicionais e posseiros, trabalhadores e pequenos agricultores que se estabeleceram na terra indígena.

O convite para o deputado participar do evento foi feito pelo Parlamento Europeu Richard Howitt e pela Organização das Nações e dos Povos Não Representados.



INFORME 12 - Operação de desintrusão da Terra Indígena Awá-Guajá
SÍTIO FUNAI, 24.01.2014

Aumenta o número de famílias cadastradas no programa de reforma agrária do Incra que deve sair da Terra Indígena Awá. Até o momento, 62 famílias fizeram o cadastramento, acelerando essa etapa da desintrusão.

Nesta quinta-feira (23/1), Incra e INSS instalaram posto de atendimento no povoado de Cabeça Fria, município de São João do Caru (MA), para facilitar o acesso das famílias notificadas ao cadastro no programa de reforma agrária. Grande parte dos moradores que deve se retirar da área compareceram ao local com documentos pessoais e a notificação necessários para o cadastro. Somente em Cabeça Fria, foram cadastradas 42 famílias, que agora devem passar por uma seleção que identificará quem poderá ser reassentado.

Algumas famílias não conseguiram fazer o cadastro por falta de documentos como o CPF. Na próxima semana, uma nova equipe do Incra estará na região para fazer a documentação desses moradores para possibilitar sua inclusão no processo.

O INSS orientou aqueles moradores que fazem jus a benefícios como salário-maternidade, aposentadorias, entre outros. Em Cabeça Fria, foram identificados beneficiários que ainda não estão inscritos nos programas da Previdência Social.

As famílias de não-índios tem 40 dias para saírem voluntariamente da terra, contados a partir do dia do recebimento da notificação, levando seus bens.

Notificações

A etapa das notificações dos não-índios que ocupam a Terra Indígena Awá está em sua fase final, com 90% do processo concluído. Até agora, 369 foram notificados, entre grandes proprietários, pequenos povoados e a prefeitura de São João do Caru (MA). Apenas nesta quinta-feira (23), 134 notificações foram entregues no povoado de Vitória da Conquista.

Ainda nesta semana, novos sobrevoos serão realizados para identificar propriedades que ainda não foram notificadas, de modo a alcançar o território em sua totalidade.



6ª Câmara do MPF recebe lideranças Tupinambá
SÍTIO CEDEFES, 24.01.2014

Indígenas pediram apoio para cancelamento de liminares e demarcação de terra

A subprocuradora-geral da República Maria Eliane Menezes de Farias, representando a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (populações indígenas e comunidades tradicionais), recebeu cerca de 35 líderes indígenas da etnia Tupinambá na sede da Procuradoria Geral da República, em Brasília, nesta terça-feira, 21 de janeiro.

Os indígenas vieram a Brasília solicitar ao MPF ajuda necessária para a resolução dos problemas relacionados à demarcação de suas terras. A demanda principal dos indígenas é pelo apoio no que diz respeito as liminares de reintegração de posse que tramita no Superior Tribunal de Justiça e ameaça a expulsão das famílias da terra, situada nos municípios de Ilhéus, Buerarema e Una, no estado da Bahia.

O Ministério Público Federal firmou o compromisso de buscar meios para ajudar na problemática dos Tupinambás. Maria Eliane disse que entrará em contato com o procurador da República de Ilhéus e também com o desembargador do Tribunal Regional Federal além de conversar com os relatores do processo.

Histórico – em 2010 a justiça federal concedeu liminar determinando que os indígenas Tupinambás desocupassem a área onde habitavam. Em março daquele ano o mandato foi cumprido, e meses depois eles voltaram a ocupar a terra indígena, que fica dentro da fazenda Gavião. A pedido da Funai, o presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª região suspendeu nove liminares concedidas pela Justiça Federal de Ilhéus. Um estudo da Funai, que reconhece a terra como sendo tradicionalmente indígena, foi entregue ao Ministro da Justiça. O indígenas lutam pela derrubadas da liminares e também pela demarcação da terra.

Fonte: Elisa Linhares Nogueira SECOM - (Secretaria de Comunicação Social)



União e Funai são condenadas a concluírem demarcação de terra indígena na zona rural de Manaus

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.01.2014

Sentença determina a adoção de providências para a regularização fundiária das terras habitadas por indígenas das etnias Baré e Kambeba

Amazônia* – A pedido do Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM), a Justiça Federal condenou a União e a Fundação Nacional do Índio (Funai) a iniciar e concluir o processo de demarcação das áreas de ocupação tradicional indígena no rio Cuieiras, localizado na margem esquerda do rio Negro, próximo ao igarapé do Tarumã, zona rural de Manaus.

A sentença obriga ainda o Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (Incra) a verificar a presença de ocupantes não-índios na região, após o início das delimitações, e adotar as ações para regularização fundiária das terras e eventuais reassentamentos. A Justiça concedeu liminar dando 30 dias para a Funai constituir um grupo técnico com o objetivo de identificar e delimitar as áreas, e seis meses para apresentar relatório conclusivo dos estudos.

Em 2004, o MPF/AM recebeu representação enviada pela Associação dos Moradores da Comunidade de São Sebastião das Cuieiras denunciando que a área aguardava há anos pela demarcação como terra indígena. Moradores das comunidades São Tomé e Três Unidos encaminharam abaixo-assinados reivindicando a demarcação da área, alegando ser habitada pelas etnias Baré e Kambeba. Em 2010, o MPF entrou com ação civil pública na Justiça Federal requerendo a realização e conclusão dos estudos.

De acordo com os documentos reunidos no processo, a Funai chegou a realizar levantamento topográfico das comunidades do rio Negro e afluentes, denominando-as Terra Indígena do Rio Cuieiras, mas os dados não foram avaliados por nenhum grupo técnico definido pelo órgão. Na sentença, a juíza federal Maria Lúcia Gomes de Souza destaca ainda que o processo de demarcação está tramitando na Funai desde o ano 1996 e está parado há quase dez anos. "A demora na providência implica em enorme prejuízo para a comunidade do local por que o passar do tempo aliado a omissão do poder público permite a ocupação de mais pessoas não-índios, culminando com a descaracterização do local e a iminência de sérios conflitos", ressalta um trecho da sentença.

Caso o estudo a ser realizado pela Funai eventualmente conclua pelo não reconhecimento da ocupação tradicional indígena nas terras localizadas às margens do rio Cuieiras, a Justiça determinou à Funai e à União a adoção de medidas para regularização fundiária das áreas mediante a desapropriação e criação de uma reserva indígena, parque indígena, colônia agrícola indígena ou território indígena, considerando a comprovada presença de indígenas no local.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 14./ 2014

Brasília, 24 de janeiro de 2014.

A ação civil pública tramita na 3ª Vara Federal do Amazonas, sob o número 14039-88.2010.4.01.3200. Cabe recurso contra a sentença.

*Fonte: MPF – Ministério Público Federal



Bahia realiza primeiro concurso público para professores indígenas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.01.2014

O calendário escolar convencional baiano inicia em março, enquanto o das escolas indígenas começa em janeiro ou fevereiro; concurso foi comemorado

Terra – Ser protagonista da educação de seus povos é uma das lutas do movimento indígena. Por isso, foi comemorada a realização do primeiro concurso específico para professores indígenas da Bahia, promovido pela Secretaria de Educação do Estado no dia 12 de janeiro. A carreira de professor indígena na Bahia foi criada por lei em 2011, mas até o momento os docentes são contratados como temporários.

Para concorrer a 390 vagas, puderam participar indígenas que concluíram o ensino médio em qualquer modalidade de ensino. Dos 1.200 inscritos, os candidatos aprovados e que não possuam formação específica deverão se matricular no curso de Formação Inicial, Continuada e em Serviço para o Magistério Indígena, ofertado pela Secretaria de Educação em parceria com universidades baianas.

De acordo com o Censo de 2010, existem, na Bahia, 60.120 indígenas – de um total de 15 milhões de habitantes. Segundo a coordenadora de Educação Escolar Indígena do Estado, Rosilene Cruz de Araújo, da etnia Tuxá, eles estão divididos em 22 etnias e 120 aldeias, que contam com 84 escolas indígenas e oferecem desde creches até o ensino médio, parte vinculada à secretaria estadual e parte à municipal, totalizando 8.600 alunos e 670 professores.

Rosilene afirma que ainda existe um número pequeno de professores indígenas sem graduação superior na cidade de Porto Seguro, mas, conforme os professores forem se graduando, irão substituir os de nível médio. Os professores aprovados no concurso irão atender 19 escolas de 19 aldeias.

Para a coordenadora, o concurso é uma medida para garantir a qualidade da educação escolar indígena, ao mesmo tempo em que mantém a cultura dos povos por ser específica, bilíngue e intercultural. “Além disso, o concurso vem para regularizar a situação dos professores indígenas no Estado, que atualmente são contratados pelo regime de contratos temporários, com duração de dois anos e prorrogação de mais dois, o que não garante direitos trabalhistas”, conta. Atualmente, o Estado baiano não sofre com a falta de professores indígenas, e Rosilene acredita que a maioria dos candidatos é formada por professores já atuantes em busca de melhores condições trabalhistas.

O concurso pede que, prioritariamente, os professores sejam da mesma etnia da aldeia em que lecionarão, com o objetivo de garantir a forma de organização própria, pois alguns povos têm seu calendário organizado de acordo com suas crenças, caçadas e colheitas. Rosilene explica

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 14./ 2014

Brasília, 24 de janeiro de 2014.

que, atualmente, o calendário escolar convencional baiano inicia em março, enquanto o das escolas indígenas começa em janeiro ou fevereiro, por conta do período de recesso em junho, época dos festejos culturais e religiosos. "Se o professor é da mesma aldeia, existe uma afinidade cultural, conhece o aluno e sua família, a língua materna e o calendário do ano, que é diferente em cada etnia", explica Rosilene.

Para o secretário-geral do Movimento Unido dos Povos Indígenas da Bahia, Kâhu, da etnia Pataxó, o concurso pode solucionar o problema nos atrasos dos salários dos professores contratados pelo Estado atualmente. "É uma grande vitória para o movimento indígena, que vem lutando há anos por uma valorização de nossos povos e professores. Temos uma organização diferenciada dos demais no Estado brasileiro e agora poderemos fazer um papel não mais coadjuvante na construção da educação de nossos povos. Somos capazes de ter autonomia na educação", conclui.

A publicação dos resultados da primeira etapa, que envolveu uma prova discursiva e outra objetiva, está prevista para 12 de março.



Quando matar um índio não é algo mau: o caso Las Rubieras

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.01.2014

Edgar Borges* - Blog dos Indígenas

O índio é um bicho preguiçoso, selvagem, sem cultura, sem o hábito de economizar e acumular que tanto bem fazem ao sistema econômico capitalista. Quer terras mas não sabe como produzir em larga escala. Só atrapalha o progresso e a economia, que tanto precisa de suas terras para desenvolver-se. Sendo assim, matar um indígena para garantir o avanço da mineração, da agricultura e/ou da pecuária é totalmente justificável. A razão estará sempre ao lado de quem atira ou manda atirar.

O parágrafo anterior bem poderia ter sido direcionado aos indígenas do Brasil, mas não sejamos exclusivistas. Eles têm parentes espalhados por todos os cantos da América do Sul. Ou seja, se atrapalham aqui o progresso, como não o fariam no Equador, na Colômbia, no Peru, na Bolívia?

Para esses estorvos, vale desde 1492 a lei do aço. Se com celulares e câmeras digitais os casos atuais de violência e conflitos são registrados facilmente (veja aqui matérias do arquivo da Fórum para saber mais e vamos em frente), vale a pena pensar sobre quantos casos houve sem serem anotados nos cadernos de história.

Quantos mortes de indígenas nas mãos de capangas de fazendeiros ficaram longe dos holofotes da justiça, da mídia? Difícil saber mas sempre aparecem. Foi o caso de um massacre acontecido na fronteira da Venezuela com a Colômbia nos anos 1960.

Donos de terras convidaram para uma festa um grupo de 18 indígenas da etnia Cuiba. Enquanto estavam comendo, foram atacados com terçados e facas. Os que tentaram fugir foram abatidos a tiros, fossem adultos ou crianças. Somente dois conseguiram escapar, seriamente feridos. Os corpos dos mortos foram queimados e misturados ao lixo e fezes dos animais da fazenda Las Rubieras, onde aconteceu o massacre.

Talvez tudo tivesse ficado por isso mesmo se os dos Cuibas sobreviventes não tivessem aparecido meses depois. O caso Las Rubieras foi parar na justiça. Ao defender-se, os acusados alegaram que não sabiam que matar índios era algo ruim, algo mau.

"Para nós, matar índios é como matar veados, pacas e capivaras, com a diferença de que os veados, as pacas e as capivaras não nos fazem dano e os índios sim", declarou um dos acusados.

A defesa refletiu o contexto histórico da região. Desde 1870, conforme conta o historiador Augusto J. Gómez L. em seu artigo 'A guerra de extermínio contra os grupos indígenas caçadores-coletores das planícies orientais', havia registros de massacre dos índios que, sem terras e com a redução de animais silvestres para caça, abatiam gado dos fazendeiros para

CONT.



poder comer.

Os casos de agressão eram tão comuns e naturalizados pela sociedade que foram criados dois termos para identificar o tipo de violência praticado: "guajibiada" designava o ato de procurar e matar grupos de Cuibas e outras etnias da região. "Tojibiada" era a perseguição das mulheres indígenas por homens a cavalo. Quando finalmente elas ficavam cansadas, eram lançadas como gado, jogadas ao chão e estupradas.

Mais de um século de assassinatos em nome da defesa de seus interesses haviam criado na população dos Llanos (planícies) a convicção da normalidade destes atos. Como condenar alguém que agiu conforme os hábitos da região? O artigo do professor Augusto Gómez é cheio de relatos de outras mortes de índios, explicitando pactos mortais entre fazendeiros e autoridades para, pelo uso da força, garantir o uso e a ordem nas terras. Escrito em espanhol, o material pode ser baixado [AQUI](#).

O caso Las Rubieras terminou com todos os acusados sendo absolvidos. A história teve repercussão mundial à época, como pode ser conferido nos textos publicados em 2012 em um blog (aqui) por Jaime Rafael Pedraza, que atuou como advogado de defesa dos envolvidos.

Toda essa história resumida acima vai virar um filme na Venezuela. Em 2013, o grupo de hip hop Campesinos Rap gravou um clipe com cenas do longa, que deveria ter sido lançado ainda no ano passado.

O clipe apresenta cenas do futuro filme e a letra pode ser dividida em duas partes: a primeira relata o massacre e o julgamento e serve para protestar contra as inúmeras violências cometidas contra os povos indígenas. A segunda atira contra os países que utilizam argumentos antropológicos para oprimir e ocupar militar e economicamente outros países.

Confira o clipe do grupo Campesinos Rap:

http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=BCNeJM_neHM

Para encerrar, o trecho final do artigo do professor e historiador Augusto J. Gómez L., mostrando que se atualmente não há "guajibiadas" e "tojibiadas", a situação dos Cuibas não melhorou:

Hoje, os últimos redutos indígenas estão confinados nos rincões das vastas planícies, fugindo dos enfrentamentos armados que, com crescentes intensidade, vêm acontecendo na região nas últimas décadas entre a guerrilha, o exército, os paramilitares e o narcotráfico. Outro grande número de famílias indígenas migrou para os centros urbanos. Lá, deprimidos, humilhados, prostituídos e alcoolizados, concluem sua agonia, depois de mais de um século de perseguição sistemática por aqueles que se chamam "civilizados" mas não demonstram sê-lo.

*Escritor, jornalista, ativista cultural, venezuelano, descendente da etnia Wapichana. Blog pessoal e Twitter.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Ruben Siqueira.



Arco e beca

SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 24.01.2014

MARINA SILVA

Meu tio viveu com os índios dos 12 aos 30 anos. Mantinha seus hábitos e, às vezes, passava semanas sozinho na mata. A família se preocupava, mas ele voltava satisfeito. Ajudava a todos com os saberes da floresta e suas plantas medicinais. Parecia prever o futuro, dizia coisas que me impressionavam. E ia compondo em mim a imagem de um desconhecido íntimo: o "índio".

Nas ruas de Rio Branco, vi índias com filhos no colo, pedindo esmola. Era o drama da nova ocupação da Amazônia, gado, madeira e grandes obras sem cuidados ambientais. O olhar das crianças me mostrava que os índios não eram entidades míticas, mas gente de carne e osso, parte do povo pobre e humilhado.

Depois, com Chico Mendes e outros companheiros, acompanhei a Aliança dos Povos da Floresta e ouvi o discurso forte e diferente dos líderes indígenas. Já aprendera que não eram "índios", mas caxinauá, axaninca, apurinã, muitos povos diferentes, iguais no desejo de reconhecimento. Em sua fala, vestes e adornos, entrevia outros padrões civilizatórios, valores e visões do mundo.

O "outro" da minha infância me questionou. O que é ser brasileiro? Quem faz parte, quem está excluído, por quê? Podem coexistir diferentes narrativas históricas, ideias de justiça e cidadania?

Ontem, uma foto me alegrou. Era uma formatura de professores indígenas na Universidade do Acre. Não usavam a beca inteira, só a capa nos ombros, sobre as tradicionais vestes coloridas. Chegam ao "nível superior" assimilando outros aprendizados sem abdicar de suas culturas.

Em vários Estados, jovens indígenas estão se formando. No Acre, começaram há 30 anos com um programa da Comissão Pró-Índio. Fundaram escolas nas aldeias e uma associação de professores. Há alguns anos, o governo assumiu o programa e buscou parceria na universidade. Os resultados são excelentes para os índios e para toda a sociedade.

Em muitas aldeias, eles manejam modernas tecnologias para cuidar da terra e planejar o futuro. Há quem diga que, com isso, deixam de ser índios, que "índio de verdade não usa celular nem tem conta em banco". Muitos repetem esse discurso sem perceber aonde ele leva. O passo seguinte é dizer: eles têm muita terra e o progresso do país precisa delas.

A civilização ocidental vive carente, sentada num tesouro. Elimina os "outros" que lhe são estranhos e desperdiça sua sabedoria. Mas nossa fome não é só de comida, é de um sentido para a vida que vá além do dinheiro e do consumo.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 14./ 2014

Brasília, 24 de janeiro de 2014.

A educação pode ser o diálogo de que precisamos. Tenho esperança de que, com ela, os brasileiros de todas as etnias superem o sistema de apartação e preconceito.

Minha esperança agora tem diploma. Com a cara pintada e as cores da diversidade.

MARINA SILVA escreve às sextas-feiras nesta coluna.



Município apresenta proposta aos índios

SÍTIO A HORA, 24.01.2014

Em reunião, governo cede área no Parque dos Dick para venda de artesanato

Lajeado - A administração municipal ofereceu uma nova área para os índios venderem artesanatos. Fica no Parque Professor Theobaldo Dick, na área central. A proposta foi apresentada na quarta-feira, em reunião com integrantes da tribo e Ministério Público Federal (MPF).

O ponto fica na antiga parada de ônibus desativada, em frente ao novo terminal da rua João Abott. Em entrevista à Rádio Independente ontem, a secretária de Trabalho, Habitação e Assistência Social, Ana Reckziegel, afirmou que a municipalidade pode reformar a estrutura. O quiosque seria fechado, com possibilidade de guardar os artesanatos, possibilitando a venda dos produtos inclusive nos fins de semana.

Hoje, há um tenda instalada às margens da ERS-130. Os índios da tribo Foxá expõem os itens no trecho desde o dia 7 de setembro.

Os índios cobram uma promessa do Executivo, feita em 2007. Naquela época, eles foram retirados das margens da ERS-130 para uma área entre os bairros Santo Antônio e Jardim do Cedro. O compromisso firmado com o então governo previa a construção de quiosque na área central, condicionante para a saída da tribo da rodovia.

Em outubro do ano passado, os órgãos públicos se reuniram com os índios. Na ocasião, tentavam encontrar uma solução para retirada das crianças indígenas das ruas do centro. A primeira alternativa foi a construção de um espaço na Feira do Produtor. Os agricultores rechaçaram a presença dos caingangues no local.

Tribo discute proposta

No sábado, a comunidade da tribo Foxá se reúne para discutir se aceita a proposta do governo. Conforme o vice-cacique, Gregório da Silva, caso o quiosque seja fechado e tenha espaço para colocar um fogão e geladeira, poderia ser uma alternativa viável. "Mas isso depende da escolha dos demais", argumenta. Segundo ele, na segunda-feira, os índios responderão ao MPF.

Como contrapartida, as famílias indígenas devem garantir a permanência dos menores no espaço destinado à venda dos produtos.

CONT.



No local até 2007

Parte dos integrantes da tribo Foxá chegou ao Vale vinda da fronteira com Santa Catarina. Na divisa dos bairros Santo Antônio e Jardim do Cedro fica a aldeia da tribo caingangue. Em outubro de 2007, após negociação com o poder público, os caingangues deixaram a margem da rodovia. Uma pequena aldeia foi construída com recursos municipais, em frente ao novo Estádio do Lajeadense.

Vivem cerca de 80 pessoas, divididas em 16 famílias. As condições do local são insalubres. Há um banheiro para todos.

Na tenda, vendem parte das produções. Os índios alegam que o pouco movimento prejudica o orçamento da tribo. Mulher do vice-cacique, Josélia de Moura, reforça a necessidade de um local mais próximo à área central para os índios. "Dependemos dos artesanatos. Aqui, poucos compram."

No Estado, do total de 25 milhões de hectares, 97,5 mil são ocupadas pelos índios. Isso significa um percentual de 0,39%, sendo que aqui vivem duas das maiores etnias do país – os guarani e os caingangue.



Governador é recebido por índios e aplausos, mas enfrenta protesto

SÍTIO RD NEWS, 24.01.2014

Tarso Nunes
enviado especial a Vila Rica



Silval percorre região do Araguaia e lança obras

Às 6h em ponto um grupo de jornalistas, juntamente com a comitiva do governador Silval Barbosa (PMDB), com uma frota com cinco aeronaves recheadas de políticos, embarcou para a região do Araguaia. Após duas horas e meia de viagem, onde a paisagem predominante era de soja, pecuária e floresta amazônica as aeronaves começam a pousar numa pista de terra. Chegamos a São José do Xingú (a 1.900 km de Cuiabá) com pouco mais de 5,3 mil habitantes. Cidade pacata e com poucas ruas asfaltadas. Silval desce da aeronave e acena ao público. O governador e seus "súditos" cumprimentam a prefeita Raquel Coelho (PSD) e demais autoridades e, logo em seguida, alguns curiosos o abordam e pedem para tirar foto com Silval, que atende

satisfeito. Ali também a comitiva foi recebida por cerca de 30 índios da tribo Kayapó. Após a recepção, uma caravana com mais de 15 carros partem para o lançamento da obra MT-322 até o posto Sucupira (1º lote). A obra total é a pavimentação de 83,5 km ao custo de R\$ 89,9 milhões, no prazo de 540 dias.

No discurso, no ginásio do município com cerca de 200 pessoas, Silval ressalta que é prioridade do governo levar infraestrutura ao município e que o resto vem automaticamente com o desenvolvimento. O governador também aproveitou para rebater as críticas de adversários, especialmente do senador Pedro Taques (PDT), que visitou a região recentemente. "Não vou fazer politicagem, mas as eleições vêm aí e vão aparecer os salvadores da pátria", disse Silval exaltado. Depois, completou: "Não existe milagreiro". Bastante aplaudido, o peemedebista encerrou o evento e foi para o Santa Cruz do Xingú (994 km de Cuiabá).

A população recebeu o governador com faixa de agradecimento pela assinatura do contrato para a execução das obras da MT-430, entroncamento com MT-437 (em direção a Natanael) ao custo de R\$ 48,1 milhões para 65,4 km. Santa Cruz do Xingú tem pouco mais de 2,1 mil habitantes e o que vem crescendo na cidade é o agronegócio. Silval, com a quadra poliesportiva Escola Estadual Santa Cruz lotada, discursou e, por várias vezes foi interrompido com aplausos da população. Na chegada para o almoço, o peemedebista foi recebido com dança dos alunos da escola. Silval, contudo, não arriscou nenhuma dança. Em seu discurso,

CONT.



bastante entusiasmado, enalteceu o trabalho da presidente Dilma Rousseff (PT). “Grande parceira que tem atendido a gente. Nosso lema é trabalho”. Agora em diante o nome da presidente vai se tornar rotineiro nos discursos do governo. Já que ele prometeu para a petista trabalhar para sua reeleição à presidência da República.

No mesmo discurso, Silval também justificou o motivo de ter voltado os olhos mais à Capital mato-grossense. O governador argumentou que quando recebeu o governo já estava com essa missão e não iria fazer o Estado passar vergonha. “Temos que ajudar Mato Grosso como um todo”. Logo após aconteceu ao lado do ginásio um almoço de confraternização e, em seguida, o embarque para o distrito de Santo Antônio de Fontoura, cerca de 15 minutos de avião. Lá Silval inaugurou a pavimentação de 47,5 km e vistoriou as obras das pontes e do lote de 50 km. No total, custarão R\$ 50 milhões.

O momento mais controverso para Silval foi em Vila Rica, com mais de 24 mil habitantes. Lá ele enfrentou protesto organizado pelo Sintep. Sindicalistas cobraram o pagamento retroativo ao tempo em que eles ficaram parados por causa da greve. Manifestantes acompanharam discurso de Silval no plenário da Câmara e, sem confusão, estenderam a faixa: “A educação em Mato Grosso está em luto”. Ao final do discurso, o governador justificou que não poderia efetuar o pagamento, pois o Estado ficaria em dívida e o que já foi acordado foi cumprido. “Senão parece que o governo fez terrorismo e não é verdade”. No discurso de 1h30, Silval voltou a elogiar a presidente da república e prometeu reformar o aeroporto no município.

Hoje (24), às 8h o governador visita o município de Santa Terezinha para vistoriar a obra de pavimentação da MT-413 (ligação com BR-158). Em seguida, em Porto Alegre do Norte, lançar o edital de licitação do Hospital Regional. Na última visita, o chefe do Executivo vai até Canabrava do Norte inaugurar as obras da MT-412. No discurso Silval deve ressaltar o nome de Dilmar Dal Bosco (DEM) e contrapor Taques. A comitiva volta a Cuiabá às 13h, depois do almoço no Ginásio de Esporte Escola Municipal Canaã.



Índios Guarani-Kaiowá invadem estância Varago em Japorã

SÍTIO TOPMÍDIA NEWS, 24.01.2014

O proprietário da fazenda informou que esta é a segunda propriedade dele invadida pelos indígenas em menos de seis meses

Na última segunda-feira (20), um grupo de índios Guarani-Kaiowá ocupou mais uma propriedade rural no município de Japorã, na região sul do Estado. A estância Varago foi invadida, no assentamento Indianópolis.

A estância é a segunda propriedade rural de Ivagner José Varago, 40 anos, que os indígenas ocupam em menos de 6 meses. "Em outubro de 2013 eles invadiram a Fazenda São José e, agora entraram na estância", diz.

Os indígenas da etnia Guarani-Kaiowá reivindicam há 10 anos a demarcação da área de 9,460 mil hectares, que fica próximo ao Rio Iguatemi, em Japorã. A Aldeia Porto Lindo, que fica ao lado da região das fazendas, possui cerca de cinco mil indígenas.

"Desde 2003 vivemos nesta situação, no entanto, já foi comprovado que a terra pertence aos índios. O jeito vai ser aguardar a indenização do Governo Federal pelas terras", lamenta o proprietário rural. Pelo menos 15 propriedades estão ocupadas por índios no município.